

# Procurador-geral não aceita mudar termos de liminar

Zenaide Azeredo

A possibilidade de alteração dos termos da liminar do juiz da 7ª Vara da Justiça Federal, Novely Vilanova, recuando a área indígena, em Roraima, de nove milhões de hectares para dois milhões e 600 mil ha, admitida ontem pelo próprio juiz, não é bem vista pelo ministério público.

"Se o juiz modificar a decisão na qual se baseou o procurador Eugênio Aragão, o que é possível, recorreremos a uma instância superior, no caso o Tribunal Regional Federal", afirmou ontem o procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, lembrando que a definição da área é da própria Funai.

Alvarenga saiu em defesa do autor da petição que solicitou a prisão em flagrante do delegado Romeu Tuma, por descumprimento da liminar, dizendo ser Eugênio Aragão "um dos procuradores mais sérios" e, embora "dura", sua petição contra Tuma "reflete o que o ministério público pensa da situação que já é crônica no País e tem de mudar, pois uma decisão judiciária não é brincadeira", vaticinou o procurador Alvarenga: "Ou se cumpre a liminar da Justiça ou se pune os responsáveis e, no caso específico, a culpa menor é de quem executa as ordens", disse, minimizando portanto a responsabilidade de Romeu Tuma.

Ele defende, porém, uma vitória na área yanomami, para certificar-se da saída dos garimpeiros.

## Tuma na Justiça

Embora dispusesse de prazo até as 18 horas para encaminhar ao juiz substituto da 7ª Vara suas explicações sobre a retirada dos garimpeiros, onde tenta provar que não descumpriu a liminar, o delegado Romeu Tuma antecipou-se em três horas.

O diretor-geral do DPF chegou ao prédio da Justiça Federal, onde

funciona a 7ª Vara, por volta das 14h50 nada declarando aos jornais: "Minhas explicações estão sendo dadas ao juiz. Se alguém tiver que dar alguma declaração será ele e não eu", disse Tuma, que, à saída, preferiu tomar o elevador privativo dos juizes.

Quem recebeu seu arrazoado na 7ª Vara, foi o diretor da Secretaria, Marco Antônio Samarco, embora garantisse que só estava de passagem pela vara da qual é titular, o juiz Novely Vilanova também avistou-se com Romeu Tuma.

O juiz Novely, autor da liminar interditando 9,4 milhões de hectares como área indígena, disse que continua de férias e não apreciará as explicações do diretor do DPF, deixando este encargo para seu substituto João Batista Coelho.

Não existe prazo para que Coelho dê seu parecer, mas, de acordo com o juiz Novely, neste tipo de processo o juiz "não está adstrito ao que está escrito na liminar", admitindo a hipótese de Batista Coelho modificar a área indígena por ele avaliada em Roraima como sendo de 9,4 milhões. Novely disse que baseou-se numa portaria de 1987 da Funai, para interditar 9,4 milhões de hectares, mas garantiu que o mérito da questão só será por ele avaliado dentro de um prazo mínimo de quatro meses. "Vou ter de mandar fazer uma análise antropológica na região, e isso leva tempo. O que todo mundo sabe é que a situação dos índios na área está vilipendiada pelos brancos, e ao que parece, a remoção dos garimpeiros está sendo uma operação de guerra", observou.

Na Justiça Federal, as alternativas que tem o juiz João Batista Coelho com relação às explicações do delegado Romeu Tuma resumem-se em três hipóteses: ele pode alterar a liminar sem consultar o ministério público; pode esperar o titular da 7ª Vara, ou mandar o arrazoado para apreciação do procurador.

# Governo recua outra vez

Edson Soares 18-8-88 14

Pela terceira vez em menos de uma semana, o Governo recuou diante da Justiça quanto à retirada dos garimpeiros da reserva yanomami e decidiu demarcar como zona de garimpo, em Roraima, apenas 17 mil e 800 hectares dentro da região conhecida como Uraricoera-Santa Rosa, situada a nordeste do território yanomami, dentro da reserva florestal de Parima.

Esta área, prevista dentro da negociação inicialmente acordada entre garimpeiros e governo, chegou a ser demarcada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral, em agosto, com o total de 117 mil hectares mas como 100 mil ha estão dentro do que a Justiça decidiu interditar como área imemorial indígena, o Governo não teve outra saída.

A região de garimpo está sendo definida, dentro do Ministério da Justiça, pelo diretor do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e ex-procurador da Funai, Ovídio Martins. Segundo revelou, essa área de Santa Rosa já conta com a presença de dois mil garimpeiros, duas pistas de pouso, acesso fluvial por Boa Vista, em cinco dias, e, por via aérea, em 40 minutos.

A produção anual de ouro é de 100 quilos, e o decreto está sendo agilizado para que os garimpeiros possam logo encaminhar-se para lá.

Ontem, assessores do Ministério da Justiça informaram que 18 mil garimpeiros já deixaram o território yanomami, sendo que cinco mil deles dirigiram-se para o Pará.

## Carta

Num aviso beirando ao trágico, onde afirma que está empenhado em separar índio e garimpeiro, o ministro da Justiça, Saulo Ramos, respondeu ontem a um telex do bispo de Roraima, dom Aldo Mogiano, dizendo que as áreas para a atividade garimpeira estão sendo localizadas na Floresta Nacional e são reduzidas para 480 mil hectares. "Importa-me, reverendíssimo, salvar os yanomamis agora, enquanto



Ministro Saulo Ramos

estão vivos. Para isso, os garimpeiros estão sendo retirados, pacificamente; o contado do índio com eles está sendo cortado", observou.

## Apelo

Pedindo ao "santo sacerdote" para deixar a legitimidade das questões jurídicas com ele, ministro, Saulo Ramos solicitou ao "respeitável sacerdote" para não falar em genocídio por parte do Governo, repetindo "a fácil acusação formulada pela publicidade internacional, também interessada no mercado do ouro", ou de muitos políticos que, "no fundo, desejam a manutenção do cruel estado atual para criticar o Governo ou para que fosse sem os garimpeiros metralhados para acusar o Governo da execução sumária de pobres trabalhadores". Não pretendo matá-los nem expor os agentes federais ao perigo inevitável de serem mortos", finalizou Saulo Ramos.

# Garimpeiros vão à Guiana

Boa Vista — Boa parte dos garimpeiros que iniciou a evacuação de garimpos situados nas terras dos yanomamis, em Roraima, deixou a clandestinidade para serem trabalhadores legalizados em minas de ouro e diamante na República Cooperativista da Guiana. Inicialmente, dez mil brasileiros podem emigrar para as áreas mineiras da região de Arnika que fica a 13 quilômetros da fronteira norte do Brasil do município de Normandi com a Guiana.

A Guiana, ex-colônia da Inglaterra, é carente de mão-de-obra e por isso não consegue executar qualquer processo de extração dos minérios nobres. Segundo o mineador Elton Rohmet, que revelou o convite do governo guianense aos garimpeiros brasileiros ontem de manhã, a Guiana é tão rica quanto o Brasil, em ouro casseterita e diamante. Ele disse que vários pedidos de migração estão sendo feitos momentos sem qualquer tipo de obstáculos.

Ontem no Aeroporto de Boa Vista, onde a Polícia Federal mantém a operação de controle de

aviões, a migração de garimpeiros para a Guiana foi comentada por pilotos e donos de aviões a jato, a única opção para garantir a milhares de homens que estão abandonando sua atividade principal na selva de Roraima.

Elton acha que somente aqueles garimpeiros de melhor condição financeira é que devem se estabelecer na Guiana, pois a ocupação de áreas em um país estrangeiro requer grandes investimentos. Hoje trabalham na fronteira, segundo dados da Polícia Federal, cerca de cinco mil brasileiros extraído ouro e diamante de terras guianenses. Eles pagaram 8% da produção líquida em forma de royalty ao governo da república e podem comercializar o produto dentro ou fora do país.

"Nós, brasileiros, não somos bem tratados em nossa própria terra, mas num outro país, como a Guiana, eles sabem dar valor a nossa gente", lamenta Elton Rohmet, que desaprova a atitude do governo brasileiro de não permitir a exploração de minérios em áreas indígenas.